REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

PRÁTICAS INTERPROFISSIONAIS EM UM NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

INTERPROFESSIONAL PRACTICES IN AN ACCESSIBILITY CENTER: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR INCLUSION IN HIGHER EDUCATION

PRÁCTICAS INTERPROFESIONALES EN UN NÚCLEO DE ACCESIBILIDAD: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES PARA LA INCLUSIÓNEN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Flávia Katharina Araújo de Carvalho
Assistente social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial-PROPGEES/UNCISAL, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas- UNCISAL, Maceió- AL, Brasil
E-mail: flavia.carvalho@uncisal.edu.br

Emanuella Pinheiro de Farias Bispo
Terapeuta Ocupacional, Doutora, Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial-PROPGEES/UNCISAL, Maceió-AL, Brasil
E-mail: emanuella.bispo@uncisal.edu.br

Resumo

A interprofissionalidade caracteriza-se pela articulação entre diferentes profissionais, com compartilhamento de conhecimentos, responsabilidades e decisões na construção de práticas colaborativas (Peduzzi, 2018). No contexto da educação superior, essa perspectiva pode contribuir para o enfrentamento das barreiras à inclusão de estudantes com deficiência, favorecendo respostas articuladas às suas necessidades e condições de participação e permanência. Nessa direção, este artigo tem como objetivo analisar as práticas interprofissionais desenvolvidas em um Núcleo de Acessibilidade (NAC) e suas contribuições para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado com sete técnicos administrativos do NAC da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mediante entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), considerando unidades de registro e de contexto, organizadas em categorias temáticas e três eixos de análise. Os resultados evidenciam que o trabalho interprofissional fortalece

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

as ações inclusivas ao favorecer o planejamento compartilhado, a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e a construção de estratégias voltadas à acessibilidade e à permanência estudantil. Entretanto, foram identificados desafios relacionados à formação profissional, às limitações estruturais e à definição das atribuições institucionais do NAC, que repercutem na consolidação de práticas colaborativas. Conclui-se que o fortalecimento da interprofissionalidade, associado a processos formativos e ao aprimoramento das condições institucionais, constitui estratégia fundamental para ampliar as condições de inclusão, permanência e sucesso acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior.

Palavras-chave: Trabalho Interprofissional; Educação Interprofissional; Inclusão social; Ensino Superior; Estudantes com Deficiência.

Abstract

Interprofessionality is characterized by the coordination among different professionals, involving the sharing of knowledge, responsibilities, and decision-making in the development of collaborative practices (Peduzzi, 2018). In the context of higher education, this perspective can help address barriers to the inclusion of students with disabilities by fostering coordinated responses to their specific needs, as well as the conditions required for their participation and continued enrollment. Accordingly, this article aims to analyze the interprofessional practices developed within an Accessibility Center (NAC) and their contributions to the inclusion of students with disabilities in higher education. This descriptive, qualitative study was conducted with seven administrative staff members from the NAC at the Federal University of Alagoas (UFAL) through semi-structured interviews, which were recorded and transcribed. The data were subjected to content analysis, following Bardin (2016), by identifying units of registration and context, which were then organized into thematic categories and three analytical axes. The results demonstrate that interprofessional work strengthens inclusive initiatives by facilitating shared planning, coordination across different fields of knowledge, and the development of strategies focused on accessibility and student retention. However, challenges were identified regarding professional training, structural limitations, and the definition of the NAC's institutional responsibilities—all of which affect the consolidation of collaborative practices. It is concluded that strengthening interprofessionality, combined with professional development processes and the improvement of institutional conditions, serves as a fundamental strategy for enhancing the inclusion, retention, and academic success of students with disabilities in higher education.

Keywords: Interprofessional Practice; Interprofessional Education; Social Inclusion; Higher Education; Students with Disabilities.

Resumen

La interprofesionalidad se caracteriza por laarticulación entre diferentes profesionales, conel intercambio de conocimientos, responsabilidades y decisionesenlaconstrucción de prácticas colaborativas (Peduzzi, 2018). Enel contexto de laeducación superior, esta perspectiva puede contribuir al enfrentamiento de lasbarreras para lainclusión de estudiantescondiscapacidad, favoreciendorespuestas articuladas a sus necesidades y condiciones de participación y permanencia. Enestadirección, este artículo tiene como objetivo analizarlasprácticasinterprofesionalesdesarrolladasenun Núcleo de Accesibilidad (NAC) y sus contribuciones a lainclusión de estudiantescondiscapacidadenlaeducación superior. Se trata de unestudiodescriptivo, de enfoque cualitativo, realizado consiete técnicos administrativos del NAC de laUniversidad Federal de Alagoas (UFAL), mediante entrevistas semiestructuradas, grabadas y transcritas ensutotalidad. Los datosfueron sometidos al análisis de contenido, conforme a Bardin (2016), considerando unidades de registro y de contexto, organizadas encategorías temáticas y tresejes de análisis. Los resultados evidencian que eltrabajointerprofesional fortalece lasacciones inclusivas al favorecer laplanificación compartida, laarticulación entre diferentes áreas delconocimiento y laconstrucción de estrategias orientadas a laaccesibilidad y

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

lapermanenciaestudiantil. Sin embargo, se identificarondesafíos relacionados conlaformaciónprofesional, laslimitacionesestructurales y ladefinición de lasatribucionesinstitucionalesdel NAC, que repercutenenlaconsolidación de prácticas colaborativas. Se concluye que elfortalecimiento de lainterprofesionalidad, asociado a procesos formativos y al mejoramiento de las condiciones institucionales, constituye una estrategia fundamental para ampliar las condiciones de inclusión, permanencia y éxito académico de estudiantescondiscapacidadenlaeducación superior.

Palabras clave: Práctica Interprofesional; EducaciónInterprofesional; Inclusión Social; Educación Superior; Estudiantes conDiscapacidad.

1.Introdução

A ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior brasileiro, impulsionada por avanços nas políticas públicas de inclusão e acessibilidade, tem produzido novos desafios para as Instituições de Ensino Superior (IES). Com a implementação do Programa Incluir (2004) e a consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os Núcleos de Acessibilidade (NAC) passaram a desempenhar papel estratégico na promoção da acessibilidade e na eliminação de barreiras no ensino superior. Esses núcleos assumem a responsabilidade de articular ações institucionais voltadas ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, oferecendo suporte às coordenações de curso, aos docentes e à comunidade acadêmica. Entretanto, a complexidade das demandas apresentadas por esse público requer respostas que ultrapassam os limites de uma única área do conhecimento, tornando imprescindível o desenvolvimento de práticas interprofissionais.

A abordagem interprofissional é fundamental para atender às diversas barreiras que estudantes com deficiência podem enfrentar, incluindo dificuldades de aprendizagem e acessibilidade. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas permite um suporte mais eficaz e integrado. Peduzzi (2016) destaca que o trabalho em equipe interprofissional é um processo coletivo que requer articulação e complementaridade entre as ações técnicas e as interações dos envolvidos.

Apesar dos avanços na implementação das políticas de inclusão no ensino superior, pesquisas evidenciam que os Núcleos de Acessibilidade ainda enfrentam desafios relacionados às condições de funcionamento, à disponibilidade de recursos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

humanos e materiais e à articulação das ações institucionais (Ciantelli; Leite, 2016; Pletsch; Melo, 2017). Mais recentemente, uma revisão sistemática da produção científica identificou dificuldades relacionadas à gestão dos recursos financeiros, à formação das equipes e à articulação com os diferentes setores das universidades, destacando a necessidade de maior suporte institucional para a consolidação das ações inclusivas (Santos; Nozu; Rebelo, 2025). Nesse contexto, embora a atuação dos Núcleos de Acessibilidade venha sendo investigada sob diferentes perspectivas, permanece relevante aprofundar a compreensão de como o trabalho interprofissional é organizado no cotidiano dessas equipes, considerando as percepções dos profissionais, os desafios que atravessam suas práticas e as potencialidades da colaboração para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

Essa lacuna evidencia a necessidade de aprofundar a compreensão sobre as práticas interprofissionais desenvolvidas nos Núcleos de Acessibilidade, considerando que a produção de conhecimento nessa área pode subsidiar o aprimoramento das políticas institucionais de inclusão, fortalecer os processos de formação das equipes e contribuir para a qualificação das ações voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência. Além da relevância acadêmica, este artigo apresenta relevância social ao contribuir para a reflexão sobre estratégias colaborativas capazes de favorecer a inclusão, a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior.

Diante desse cenário, este artigo apresenta um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, tendo como objetivo analisar as práticas interprofissionais desenvolvidas em um Núcleo de Acessibilidade, identificando seus desafios, potencialidades e formas de organização no contexto da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Ao discutir a atuação interprofissional em um espaço institucional estratégico para a promoção da acessibilidade, o estudo busca contribuir para o fortalecimento das políticas de inclusão e para o avanço das discussões sobre a organização do trabalho colaborativo no ensino superior brasileiro.

2. Revisão da Literatura

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior ultrapassa o acesso à instituição, envolvendo condições efetivas de participação, aprendizagem e permanência. Nessa perspectiva, a deficiência deve ser compreendida também a partir das barreiras presentes nos espaços, nas relações e nas práticas sociais, atribuindo às instituições responsabilidade pela promoção da acessibilidade (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). A acessibilidade, por sua vez, não se restringe às dimensões físicas, abrangendo barreiras comunicacionais, metodológicas, atitudinais, tecnológicas, instrumentais e programáticas, cuja superação é necessária para garantir a participação das pessoas com deficiência nos diferentes espaços sociais (Sassaki, 2003).

No campo educacional, essa perspectiva implica reorganizar práticas pedagógicas e institucionais para atender à diversidade dos estudantes, compreendendo a inclusão como um processo fundamentado nos direitos humanos e na valorização das diferenças (Mantoan, 2003; 2015). Assim, a inclusão pressupõe mudanças nas estruturas, nas práticas e na cultura institucional, de modo que a participação dos estudantes com deficiência seja assegurada em condições de equidade (Sassaki, 2003).

Nesse contexto, os Núcleos de Acessibilidade constituem importantes estruturas institucionais para a promoção da inclusão no ensino superior, atuando no acompanhamento dos estudantes, na orientação aos docentes, na articulação com diferentes setores e na construção de estratégias voltadas à acessibilidade e à permanência acadêmica (Ciantelli; Leite, 2016; Melo; Araújo, 2018).

Esses espaços contribuem para operacionalizar as políticas de inclusão, transformando os marcos legais em ações concretas que favoreçam não apenas o ingresso, mas também a permanência e o aproveitamento acadêmico dos estudantes com deficiência (Cruz, 2025). Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não deve ser concentrada exclusivamente nesses núcleos, uma vez que a superação das barreiras demanda articulação e corresponsabilização dos diferentes setores e profissionais da instituição. Dessa forma, o NAC pode ser compreendido como espaço de mediação e articulação institucional, favorecendo a construção coletiva de estratégias para responder às diferentes demandas relacionadas à

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

acessibilidade e à inclusão no ensino superior (Ciantelli; Leite, 2016).

A complexidade das demandas relacionadas à inclusão evidencia, ainda, a necessidade de integração entre diferentes conhecimentos e práticas profissionais. A interprofissionalidade pressupõe interação, articulação e integração entre profissionais de diferentes áreas, diferenciando-se da simples coexistência de distintas formações em um mesmo espaço (Peduzzi et al., 2013; D'Amour et al., 2005). Nesse sentido, a colaboração interprofissional envolve compartilhamento, parceria, interdependência, comunicação e corresponsabilização, sendo influenciada tanto pelas relações estabelecidas entre os profissionais quanto pelas condições organizacionais em que o trabalho é desenvolvido (D'Amour et al., 2005). No contexto dos Núcleos de Acessibilidade, essa perspectiva permite compreender a importância da articulação entre diferentes saberes para a construção de respostas às demandas dos estudantes, bem como os desafios relacionados à formação profissional, à organização do trabalho, à definição de responsabilidades e à articulação institucional. Nessa direção, Silva (2015) destaca a necessidade de uma formação profissional ampla, capaz de preparar os docentes para atuar com a diversidade dos estudantes e compreender os processos históricos e sociais relacionados à exclusão. Assim, a interprofissionalidade e a colaboração constituem referenciais importantes para analisar a atuação do NAC e sua contribuição para a construção de práticas institucionais voltadas à acessibilidade, à inclusão e à permanência dos estudantes com deficiência.

3.Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com amostragem não probabilística por conveniência. Participaram da pesquisa sete técnicos administrativos integrantes do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus A.C. Simões, em Maceió. Como critérios de inclusão, foram considerados os servidores que atuavam no NAC, independentemente da idade e do tempo de formação profissional. Foram excluídos aqueles que, durante o período de coleta de dados, estavam afastados de suas atividades por motivo de férias, doença, licença ou qualquer outra circunstância que

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

impossibilitasse sua participação na pesquisa. Para assegurar o anonimato, os participantes foram identificados por códigos alfanuméricos, de P1 a P7.Para preservar a confidencialidade e minimizar os riscos de identificação indireta, optou-se pela apresentação agregada das características profissionais, evitando a associação entre área de formação, tempo de atuação e outras informações institucionais que pudessem permitir o reconhecimento dos participantes.

As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2025, de forma presencial, em local previamente acordado com os participantes, garantindo condições adequadas de privacidade e conforto para a realização da coleta de dados. Excepcionalmente, uma das entrevistas ocorreu de forma remota, por meio de plataforma digital, a pedido do participante. Todas as entrevistas foram conduzidas individualmente, seguindo um roteiro semiestruturado, e registradas em áudio, mediante autorização prévia dos participantes, para posterior transcrição e análise dos dados.

O perfil dos sete participantes revelou uma equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, docente, assistente em administração e Pedagogia. Quanto à carga horária, 85,71% cumpriam jornada de 30 horas semanais e 14,28% possuíam dedicação exclusiva. Em relação à faixa etária, predominaram participantes entre 35 e 39 anos (42,85%), seguidos daqueles entre 40 e 44 anos (28,57%). Houve predominância do sexo masculino (71,42%). Quanto à titulação acadêmica, 42,85% possuíam doutorado, 42,85% especialização e 14,28% mestrado. No que se refere à experiência profissional, 57,14% tinham mais de dez anos de atuação, enquanto 42,85% possuíam até cinco anos. Entretanto, todos os participantes (100%) tinham até cinco anos de atuação na equipe atual, indicando uma trajetória relativamente recente de atuação conjunta no NAC.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas: (1) autorização da coordenação do NAC e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (CAAE nº 85447324.6.0000.5011; Parecer nº 7.489.585, de 06 de abril de 2025), em conformidade com as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016; (2) realização de estudo documental sobre as políticas nacionais de Educação Especial; (3) condução

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

de entrevistas semiestruturadas com os participantes, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorização para gravação de voz; e (4) análise de conteúdo das entrevistas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e submetidas à análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2016). O processo analítico iniciou-se com a leitura exaustiva das transcrições das entrevistas, buscando a familiarização com o material empírico e a compreensão global dos discursos dos participantes. Posteriormente, procedeu-se à identificação das Unidades de Contexto (UC), constituídas por trechos mais amplos das falas que permitiam compreender os significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos investigados. A partir dessas unidades, foram delimitadas as Unidades de Registro (UR), correspondentes a segmentos de sentido, expressões ou ideias centrais relacionadas aos objetivos da pesquisa. Em seguida, as unidades identificadas foram analisadas quanto às semelhanças, diferenças e recorrências de significado, possibilitando seu agrupamento em núcleos temáticos que subsidiaram a construção das categorias de análise, conforme os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Posteriormente, as categorias foram organizadas em eixos temáticos, cujos resultados foram sistematizados em um quadro sinóptico e interpretados à luz do referencial teórico adotado na pesquisa.

O processo de codificação do material empírico contou com a participação dos pesquisadores envolvidos no estudo, que realizaram a leitura e a análise das transcrições das entrevistas, orientados pelos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin. A identificação das Unidades de Registro (UR) e das Unidades de Contexto (UC) foi conduzida a partir dos objetivos da investigação e dos significados expressos nos discursos dos participantes. Posteriormente, as unidades identificadas foram discutidas entre os pesquisadores, buscando a convergência interpretativa e a consistência na organização das categorias temáticas e eixos temáticos.

Para a identificação de práticas efetivamente interprofissionais, foram considerados critérios analíticos fundamentados nos pressupostos da prática colaborativa, incluindo a interação entre profissionais de diferentes áreas, o

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

estabelecimento de objetivos compartilhados, a integração de saberes e competências, o planejamento e a tomada de decisões conjuntas, bem como a corresponsabilização pelas ações desenvolvidas. A presença desses elementos nos discursos dos participantes orientou a análise das experiências relatadas, permitindo distinguir práticas interprofissionais de ações multiprofissionais caracterizadas predominantemente pela atuação fragmentada dos profissionais. A análise considerou, ainda, o contexto em que as práticas foram desenvolvidas e sua contribuição para a promoção da inclusão no ensino superior.

4.ResultadoseDiscussão

O Eixo Temático "NAC: possibilidades e desafios para a interprofissionalidade", evidenciou que o Núcleo de Acessibilidade (NAC) constitui um importante espaço institucional para a promoção da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, embora ainda enfrente desafios relacionados à qualificação profissional, delimitação de atribuições e fortalecimento da atuação interprofissional. A análise das entrevistas permitiu organizar os resultados em categorias temáticas: Limitações do NAC, Possibilidades do NAC e Organização e práticas do NAC.

Para esta discussão se torna importante fortalecer os conceitos de atuação interprofissional e colaboração interprofissional. Dessa maneira, a atuação multiprofissional e a colaboração interprofissional apresentam distinções conceituais importantes, sobretudo no que se refere à organização do trabalho e às relações estabelecidas entre os profissionais. A atuação multiprofissional caracteriza-se pela participação de profissionais de diferentes áreas em um mesmo contexto, cujas intervenções podem ocorrer de maneira paralela, com limitada integração entre os saberes e as decisões. Por sua vez, a colaboração interprofissional pressupõe interação, comunicação efetiva, reconhecimento das competências profissionais, compartilhamento de objetivos e corresponsabilização pelas ações desenvolvidas Reeves et al. (2010).

Conforme Reeves et al. (2010), o trabalho interprofissional envolve dimensões relacionais, organizacionais e processuais, que influenciam a integração das práticas

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

e a construção de respostas coletivas às necessidades identificadas. Nessa perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010) reconhece a prática colaborativa como uma estratégia fundamentada na atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas, orientada à melhoria da qualidade do cuidado. No contexto do ensino superior, esses pressupostos permitem compreender que a colaboração interprofissional ultrapassa a coexistência de diferentes profissionais, exigindo articulação de conhecimentos, planejamento compartilhado e construção coletiva de estratégias voltadas à inclusão e à participação dos estudantes com deficiência.

No que se refere à categoria temática **"Limitações do NAC"**, a análise das entrevistas revelou que a insuficiência de formação específica para atender à diversidade de demandas dos estudantes constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais do Núcleo de Acessibilidade. Os relatos apontam lacunas na formação inicial e a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos relacionados à Educação Especial, às necessidades educacionais específicas e às estratégias de inclusão no ensino superior, conforme evidenciado nas falas a seguir:

> Uma das dificuldades que a gente tem hoje [...] é a falta de formação específica para trabalhar com os estudantes com necessidades educacionais especiais [...] algumas vezes recebe estudante que tem uma deficiência que a gente não conhece [...] aí vai estudar, vai ler, para tentar dar esse suporte.(P1)

> A minha principal dificuldade não é nem em relação ao trabalho interprofissional. É, de fato, que essa equipe esteja minimamente capacitada para conversar, para interagir, para atender o estudante. Isso eu entendo que é uma dificuldade da maioria dos profissionais que acompanham hoje a equipe. (...)Então eu acho que, quando a equipe estiver mais capacitada, o nosso trabalho interprofissional vai fluir de forma mais fácil. (P3)

> As dificuldades, a princípio, são na formação. Na nossa graduação não temos base na área de Educação Especial, das Necessidades Educacionais Específicas. (...) É uma área muito específica, cheia de conceitos. A legislação é muito esparsa, então exige uma dedicação significativa. Acho que a maior dificuldade é o estudo mesmo. São muitas especificidades. (P6)

As falas dos participantes evidenciam que as limitações relacionadas à formação profissional constituem um desafio para a atuação no NAC, repercutindo na preparação da equipe para atender às demandas específicas dos estudantes e na articulação do trabalho interprofissional. Os relatos apontam lacunas na formação

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

inicial, a complexidade dos conhecimentos teóricos, conceituais e legais relacionados à Educação Especial e às necessidades educacionais específicas, bem como a necessidade de buscar conhecimentos complementares para responder às demandas que surgem no cotidiano profissional. Nesse contexto, destaca-se a importância da capacitação contínua da equipe como estratégia para qualificar o atendimento aos estudantes e fortalecer o trabalho interprofissional.

Observa-se, portanto, que a busca individual por conhecimentos constitui uma estratégia utilizada pelos profissionais para enfrentar as dificuldades presentes no cotidiano de trabalho. Embora essa iniciativa demonstre disposição para aprender e compromisso com o atendimento aos estudantes, também evidencia a necessidade de ações institucionais sistemáticas de formação continuada. Nesse sentido, a qualificação profissional não deve ser compreendida apenas como responsabilidade individual, mas como parte das condições necessárias ao fortalecimento da atuação do NAC.

A formação continuada assume, assim, papel relevante na efetivação da educação inclusiva, uma vez que favorece o desenvolvimento de competências profissionais, o aprimoramento das práticas institucionais e a construção de estratégias de atendimento compatíveis com a diversidade dos estudantes. No contexto do ensino superior, esse processo pode contribuir para a identificação e a superação de barreiras que comprometem o acesso, a participação e a permanência dos estudantes com deficiência, além de favorecer a articulação entre os profissionais envolvidos no acompanhamento acadêmico.

Esse achado ganha relevância quando analisado em conjunto com o perfil acadêmico dos participantes da pesquisa, composta por três profissionais com doutorado, um com mestrado e três com especialização. Dessa forma, a dificuldade relatada não parece decorrer da ausência de formação acadêmica, mas da distância entre a qualificação acadêmico-profissional e os conhecimentos específicos requeridos para atuar diante da diversidade dos estudantes e das demandas de acessibilidade no ensino superior.

Ferreira (2007) destaca a importância da formação específica e permanente para qualificar a atuação profissional junto às pessoas com deficiência, enquanto

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

Melo e Araújo (2018) apontam que os Núcleos de Acessibilidade enfrentam desafios relacionados à formação continuada de seus profissionais. Nesse sentido, a elevada titulação da equipe não elimina a necessidade de processos formativos direcionados às especificidades da Educação Especial, uma vez que a atuação inclusiva exige conhecimentos que envolvem diferentes tipos de deficiência, acessibilidade, estratégias pedagógicas, tecnologias assistivas e formas de acompanhamento dos estudantes.

Mantoan (2015) defende que a inclusão requer a transformação das práticas educacionais e a construção de condições para que diferentes sujeitos participem e aprendam, enquanto Pletsch (2009) destaca que a formação para a educação inclusiva deve articular conhecimentos técnicos e reflexão crítica sobre a diversidade humana e os processos de exclusão. Sob essa perspectiva, a formação dos profissionais que atuam no NAC não deve ser compreendida apenas como aquisição de conhecimentos técnicos, mas como processo permanente de desenvolvimento de competências para analisar barreiras, construir estratégias acessíveis e atuar de forma articulada com os demais sujeitos e setores da universidade. Assim, os resultados indicam uma possível lacuna entre a formação acadêmica dos profissionais e as competências específicas demandadas pelo trabalho no NAC, reforçando a necessidade de políticas institucionais de formação continuada que contribuam para qualificar as práticas inclusivas e fortalecer a atuação interprofissional.

Outro aspecto relevante identificado nos resultados refere-se ao caráter genérico das normativas que regulamentam o funcionamento do NAC e às indefinições quanto às suas atribuições institucionais. Conforme relatado por P7:

> A nomenclatura já traz uma amplitude de um nível de atuação. A instrução normativa ela amplia a atuação inclusive que resolvemos barreiras inclusive arquitetônicas. ...essa instrução normativa dá a entender que o NAC tem competência para tratar do espaço físico, mas nós não temos competência [...] as pessoas pensam que o NAC tem uma abrangência maior que ela tem.... (P7)

A fala evidencia um descompasso entre as expectativas atribuídas ao Núcleo e as competências efetivamente estabelecidas para sua atuação, o que pode produzir sobrecarga e dificuldades na organização do trabalho. Essa indefinição

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

também se aproxima de discussões presentes na literatura sobre a formação e atuação profissional no ensino superior.

No caso do NAC, essa indefinição torna-se ainda mais evidente quando um dos participantes relata que o próprio nome do setor gera expectativas ampliadas sobre sua responsabilidade:

> (...) a dificuldade que é a própria nomenclatura Núcleo de Acessibilidade induz a esse erro de interpretação, aí todos começam a achar que como Núcleo de Acessibilidade nós temos superpoderes para resolver todos os problemas de acessibilidade da UFAL(P7).

O relato demonstra que o desafio não se restringe à ausência ou à generalidade das normativas, mas envolve também a forma como a acessibilidade é compreendida e distribuída institucionalmente. Ciantelli e Leite (2016) destacam a importância da definição das atribuições e da articulação entre os diferentes setores para a efetivação das ações de acessibilidade. Assim, quando as responsabilidades são atribuídas de maneira concentrada ao NAC, corre-se o risco de reforçar uma compreensão de que a inclusão constitui competência exclusiva de um setor especializado, em vez de uma responsabilidade compartilhada pela universidade. Esse cenário pode interferir diretamente na construção do trabalho colaborativo, uma vez que a colaboração interprofissional pressupõe objetivos comuns, articulação das ações, comunicação e reconhecimento das responsabilidades entre os diferentes sujeitos envolvidos (D'Amour et al., 2005; Peduzzi et al., 2013).

Dessa forma, os resultados sugerem que o fortalecimento da atuação do NAC requer não apenas profissionais qualificados, mas também maior clareza institucional sobre suas atribuições e a definição de responsabilidades compartilhadas entre o Núcleo e os demais setores da universidade.

Com relação à categoria temática **"Possibilidades do NAC",** apesar das limitações, os relatos evidenciaram inúmeras potencialidades do NAC como espaço promotor da inclusão e da colaboração interprofissional. Os participantes destacaram que o principal impacto do trabalho desenvolvido está relacionado à melhoria das condições de aprendizagem e permanência dos estudantes com deficiência. Neste contexto, de acordo com P1 e P3:

> As possibilidades para esse trabalho interprofissional [...] é melhorar a qualidade de estudo desse estudante [...] com adaptações curriculares [...]

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

> cada profissão colaborando para que esse estudante consiga ter um bom desempenho (P1)
>
> As possibilidades (...) é entregar um atendimento mais completo para o estudante. Eu gosto muito de trabalhar de forma interprofissional por isso. (...) É muito bacana quando a gente consegue atender as demandas que o estudante traz para além do que a gente conhece, ou daquilo que é só nosso. Aí, a gente leva uma informação mais rica para o estudante, faz esse atendimento de forma mais global. E para os professores também. (P3)

O relato evidencia que as adaptações curriculares constituem uma estratégia central para a permanência estudantil, resultado que converge com Ferreira (2007), ao destacar o papel das equipes interprofissionais na mediação entre estudantes, docentes e coordenações de curso.

A literatura demonstra que práticas pedagógicas adaptadas representam um dos principais instrumentos de promoção da inclusão no ensino superior. Mantoan (2003) enfatiza que adaptar o ensino implica reorganizar conteúdos, metodologias e processos avaliativos para garantir oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes. No contexto do ensino superior, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem que favorece a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e flexíveis, por meio da diversificação dos recursos pedagógicos, das estratégias de ensino e das formas de avaliação (Maia; Santos, 2024). Além disso, a articulação entre o DUA e as tecnologias assistivas amplia as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, contribuindo para o acesso, a permanência e a inclusão acadêmica (Foltran Junior; Silva; Viginheski, 2024). Nesse cenário, o NAC pode contribuir para a identificação das barreiras que dificultam a participação dos estudantes com deficiência, por meio de orientações, acompanhamento e articulação com os diferentes setores da universidade, subsidiando a construção de estratégias institucionais de acessibilidade e inclusão. Ressalta-se, contudo, que a eliminação dessas barreiras constitui uma responsabilidade institucional compartilhada, que demanda o envolvimento dos diferentes setores e atores da comunidade universitária.

Nessa direção, Pletsch (2009) ressalta que a inclusão exige transformações nas práticas de ensino, aprendizagem e avaliação, enquanto Melo e Araújo (2018)

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

destacam os Núcleos de Acessibilidade como espaços de inovação institucional voltados à promoção da permanência estudantil. Essas perspectivas reforçam a importância da articulação entre diferentes profissionais para fortalecer a institucionalização das políticas inclusivas e ampliar as possibilidades de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

Na categoria temática "**Organização e práticas do NAC"** os relatos demonstram que o funcionamento do NAC está estruturado em práticas colaborativas que articulam planejamento coletivo, acolhimento, atendimento interprofissional, apoio pedagógico e interlocução institucional.Além do planejamento interno, observou-se uma intensa articulação do NAC com diferentes setores da universidade, especialmente pró-reitorias, coordenações de curso e docentes. Essa interlocução envolve tanto o encaminhamento de orientações para subsidiar as práticas pedagógicas quanto a realização de intervenções conjuntas com os diferentes sujeitos envolvidos no processo de inclusão, conforme evidenciam os relatos dos participantes:

> A interlocução com outras pró-reitorias, principalmente Prograd por conta do Laboratório de Acessibilidade- LAC e com os diretores e coordenadores, faz essa intercomunicação (P2).
>
> A gente tem encaminhado mais documentos para os coordenadores, para os professores, que ficam inquietos, justamente pela falta de capacitação que eles têm — de como vão fazer as adaptações necessárias (P3).
>
> A gente já fez intervenção junto com o estudante, com a família e também com os professores e coordenadores da unidade do aluno. Então, acho que a gente consegue trabalhar de forma interprofissional aqui, e isso é o que fortalece ainda mais o trabalho do NAC (P4).

Os relatos evidenciam que a atuação do NAC ultrapassa o atendimento direto aos estudantes, abrangendo a articulação com diferentes instâncias institucionais e o apoio aos docentes na construção de estratégias pedagógicas inclusivas. Os documentos elaborados pelo núcleo buscam orientar as coordenações e os professores na construção dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs) das disciplinas, sem substituir a responsabilidade docente por sua elaboração. Nesse contexto, a referência à falta de capacitação dos professores também revela um desafio para a efetivação da inclusão, indicando a necessidade de ações institucionais voltadas à formação docente.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

A análise das percepções docentes acerca das atribuições do Núcleo de Acessibilidade (NAC) pode ser aprofundada à luz da Instrução Normativa nº 05/2018/PROEST/UFAL, que estabelece competências relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, ao acompanhamento acadêmico, à formação da comunidade universitária, à articulação intersetorial e ao enfrentamento das barreiras à inclusão. Destaca-se que a normativa prevê uma atuação interdisciplinar, com equipe multiprofissional, além da articulação com diferentes setores institucionais. Nesse sentido, a confrontação entre as falas dos profissionais e as atribuições formalmente estabelecidas permite identificar aproximações e possíveis distanciamentos entre o conhecimento dos participantes e a proposta institucional de acessibilidade. Sob a perspectiva da colaboração interprofissional, essa análise possibilita problematizar a importância da integração de saberes, do planejamento compartilhado e da corresponsabilização entre docentes, profissionais do NAC e demais atores institucionais, evitando a compreensão da inclusão como atribuição exclusiva de um setor especializado.

No contexto investigado, a interlocução entre o NAC, os docentes, as coordenações e os demais setores constitui uma possibilidade de construção compartilhada de estratégias para o enfrentamento das barreiras à inclusão.

Entretanto, embora essas articulações revelem potencialidades do trabalho colaborativo, também evidenciam que a efetivação da acessibilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao NAC. É necessário o envolvimento dos diferentes setores da universidade, tanto na formação dos profissionais quanto na implementação de medidas que favoreçam a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes com deficiência. Essa compreensão converge com Nozu, Bruno e Cabral (2018), ao ressaltarem que a responsabilidade pela inclusão deve ser compartilhada institucionalmente, de modo que os Núcleos de Acessibilidade atuem como articuladores desse processo, e não como seus únicos responsáveis.

Outro aspecto relevante refere-se à realização dos atendimentos em equipe interprofissional colaborativa.

> A começar pelo acolhimento: a gente sempre tenta fazer em duplas, mesclando as profissões. Nessas duplas, justamente para termos esses

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

> olhares diferentes, para o mesmo objeto — o mesmo estudante que está sendo atendido — e, do nosso ponto de vista, conseguir contribuir para a construção do documento que fazemos com as orientações para a construção do PEI e para a intervenção. A gente já fez intervenção junto com o estudante, com a família e também com os professores e coordenadores da unidade do aluno (P3)
>
> Esse documento (Documento orientador para o Plano educacional individualizado) é elaborado em dupla e busca consolidar as potencialidades e dificuldades do estudante. (...) Cada profissional contribui com o seu olhar específico e isso torna o documento mais completo do que se fosse feito apenas por uma área. A interdisciplinaridade é essencial nesse processo. (P5)

Os relatos evidenciam que a atuação conjunta dos profissionais amplia as possibilidades de compreensão das demandas dos estudantes e favorece a elaboração compartilhada de orientações e intervenções. Essa prática aproxima-se da colaboração interprofissional, uma vez que pressupõe a articulação de diferentes conhecimentos e experiências na construção de respostas às necessidades identificadas (Peduzzi; Agreli, 2018).

O acompanhamento pedagógico contínuo também foi apontado como estratégia fundamental para permanência estudantil.Da mesma forma, o atendimento individualizado relatado por P5 evidencia ações voltadas ao fortalecimento da autonomia estudantil.

> Oriento sobre organização dos estudos, uso de métodos como Pomodoro... (P5)

Essas intervenções correspondem ao conceito de acessibilidade pedagógica discutido por Guerreiro (2012) e Brasil (2015), ao promover estratégias que minimizem barreiras metodológicas e favorecem o processo de aprendizagem.

A relação entre os documentos orientadores institucionais e a elaboração dos planos educacionais individualizados constitui um aspecto relevante para a compreensão das práticas inclusivas no ensino superior. Neste contexto, as normativas de acessibilidade e inclusão estabelecem diretrizes que orientam a organização de estratégias pedagógicas voltadas às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Nesse processo, a elaboração do planejamento individualizado deve ser compreendida como uma construção articulada entre docentes, coordenações de curso e profissionais responsáveis pelo apoio à

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

acessibilidade, considerando as especificidades dos estudantes e as condições institucionais disponíveis. Assim, os documentos orientadores constituem referências para a tomada de decisões pedagógicas, mas sua existência não assegura, isoladamente, a efetiva implementação das estratégias previstas. Torna-se necessário compreender como os docentes conhecem, interpretam e incorporam essas orientações em suas práticas, especialmente no que se refere ao planejamento, à flexibilização das estratégias de ensino e à avaliação da aprendizagem.

A percepção sobre atuação conjunta entre profissionais também foi evidenciada nos relatos, especialmente quanto à ampliação do olhar sobre as demandas dos estudantes e à construção de intervenções mais abrangentes. Um dos participantes destacou:

> É muito bacana quando a gente consegue atender as demandas que o estudante traz para além do que a gente conhece, ou daquilo que é só nosso. Aí, a gente leva uma informação mais rica para o estudante, faz esse atendimento de forma mais global. E para os professores também (P6).

A fala evidencia que a articulação entre diferentes áreas profissionais pode ampliar a compreensão das necessidades dos estudantes, ultrapassando os limites dos conhecimentos específicos de cada profissão. Essa perspectiva aproxima-se do conceito de trabalho em equipe colaborativa discutido por Peduzzi et al. (2013), que distinguem a atuação interprofissional das práticas multiprofissionais desenvolvidas de forma paralela e sem interação entre os profissionais. Nessa direção, a colaboração pressupõe a interação entre diferentes saberes e a construção de respostas articuladas às necessidades identificadas.

Entretanto, os relatos também apontam para a necessidade de aprofundar a compreensão sobre o significado atribuído pela equipe à atuação interprofissional. Ao descrever a relação entre os profissionais do NAC, outro participante afirmou:

> E essa relação desses profissionais, né? De áreas diferentes, mas que no caso do NAC, que volta para acessibilidade, né? É uma integração psicóloga, pedagogo, entre outros (P2)

Embora a fala reconheça a presença de profissionais de diferentes áreas e a integração entre eles em torno da acessibilidade, essa compreensão, isoladamente, não permite afirmar que o trabalho desenvolvido se caracteriza plenamente como

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

colaboração interprofissional. Conforme discutem Peduzzi et al. (2013), a atuação conjunta entre diferentes profissões não implica, necessariamente, interação e construção compartilhada do trabalho. Assim, torna-se relevante investigar em que medida essa integração se concretiza em objetivos comuns, articulação dos conhecimentos, compartilhamento de responsabilidades e decisões conjuntas.

Essa distinção também é discutida por D'Amour et al. (2005), que compreendem a colaboração interprofissional como um processo complexo, influenciado pelas relações entre os profissionais, pela definição de objetivos comuns e pelos mecanismos de articulação do trabalho. No contexto dos Núcleos de Acessibilidade, a pesquisa de Ciantelli e Leite (2016) contribui para situar a atuação desses serviços na promoção da participação dos estudantes com deficiência e no enfrentamento das barreiras à inclusão no ensino superior.

Desse modo, os relatos revelam tanto o reconhecimento das potencialidades das práticas interprofissionais colaborativas quanto a necessidade de compreender como a integração entre as diferentes áreas se traduz em práticas efetivamente colaborativas. Para além da coexistência de profissionais de distintas formações, a consolidação do trabalho interprofissional requer a construção compartilhada de estratégias que contribuam para a eliminação de barreiras e para a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes com deficiência na universidade.

Em conjunto, os resultados demonstram que o NAC ultrapassa a função de atendimento especializado, constituindo-se como um dispositivo institucional articulador da inclusão no ensino superior. Embora persistam desafios relacionados à formação profissional, regulamentação e reconhecimento institucional, observa-se que suas práticas colaborativas favorecem a construção de respostas interprofissionais às demandas dos estudantes.

A análise das percepções dos participantes desta pesquisa evidencia a importância de distinguir orientações gerais de estudo de estratégias especificamente voltadas à acessibilidade pedagógica. Embora ambas possam contribuir para o percurso acadêmico dos estudantes, a acessibilidade pedagógica envolve a identificação e o enfrentamento de barreiras à participação e à aprendizagem, mediante adequações nas condições de ensino, nos recursos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

didáticos e nos processos avaliativos. Essa diferenciação reforça a necessidade de ampliar a compreensão dos profissionais sobre práticas inclusivas, evitando que ações genéricas de apoio acadêmico sejam automaticamente reconhecidas como medidas de acessibilidade.

Esses achados sugerem que a compreensão das políticas de inclusão depende não apenas da existência de equipes multiprofissionais, mas da consolidação de práticas interprofissionais pautadas na comunicação, corresponsabilidade e construção coletiva do cuidado, conforme defendem Peduzzi (2013), Romeu e Rossit (2022) e Ciantelli e Leite (2016).

Vale ressaltar, também que a análise documental contribuiu para contextualizar as percepções profissionais acerca da inclusão e da colaboração no ensino superior, evidenciando a importância das diretrizes institucionais na definição de responsabilidades e na orientação das práticas pedagógicas inclusivas. A articulação entre os documentos normativos e os relatos dos participantes ampliou as possibilidades de interpretação dos achados, especialmente no que se refere ao papel do NAC, à participação docente no planejamento educacional e à necessidade de construção coletiva de estratégias voltadas à acessibilidade.

5. Limitações do estudo

Entre as limitações deste estudo, destacam-se a participação de sete técnicos administrativos integrantes do NAC de uma única instituição de ensino superior e a produção dos dados a partir de entrevistas semiestruturadas, cujos resultados expressam percepções e experiências relatadas pelos participantes. Dessa forma, os achados não permitem verificar diretamente a implementação das práticas inclusivas e colaborativas, tampouco estabelecer seus efeitos sobre a aprendizagem, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Além disso, a ausência da perspectiva dos estudantes e de outros atores institucionais limita a compreensão das diferentes dimensões do processo de inclusão. Apesar dessas limitações, o estudo oferece contribuições para a compreensão dos desafios e das potencialidades para a inclusão no ensino superior, podendo subsidiar reflexões sobre a formação profissional e o fortalecimento de práticas institucionais inclusivas.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

6.Conclusão

Os resultados deste estudo permitiram compreender que o Núcleo de Acessibilidade (NAC) constitui um importante espaço de promoção da inclusão e da permanência de estudantes com deficiência no ensino superior, especialmente por meio do acolhimento, acompanhamento, apoio pedagógico e articulação entre diferentes profissionais e setores da universidade. As práticas desenvolvidas evidenciam que a atuação interprofissional sugere uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes e favorece a construção de estratégias voltadas à acessibilidade, às adaptações curriculares e à participação acadêmica.

Ao mesmo tempo, os achados revelaram desafios que limitam o fortalecimento dessa atuação, destacando-se a necessidade de formação continuada específica, a indefinição de atribuições institucionais e a concentração de responsabilidades no NAC. Tais aspectos demonstram que a inclusão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva de um núcleo especializado, mas como compromisso institucional que envolve docentes, coordenações, gestores, profissionais e demais setores da universidade. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar a corresponsabilização e fortalecer os espaços de diálogo e articulação interprofissional.

Destaca-se, ainda, o caráter educativo do NAC, que ultrapassa o atendimento individualizado e contribui para a sensibilização e formação de docentes e demais profissionais. Ao orientar, acompanhar e articular estratégias de acessibilidade, o Núcleo também favorece mudanças na compreensão sobre a deficiência e a inclusão, contribuindo para que as diferenças sejam reconhecidas como parte constitutiva do processo educativo. Mesmo diante das limitações existentes, essas ações têm possibilitado respostas concretas às necessidades dos estudantes e contribuído para o exercício de seus direitos e para sua permanência na universidade.

As percepções dos participantes apontam para o reconhecimento da inclusão e da colaboração entre diferentes profissionais como elementos potencialmente relevantes para a construção de condições favoráveis à permanência e ao sucesso

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

acadêmico dos estudantes com deficiência no ensino superior. Entretanto, é importante destacar que os resultados se fundamentam nas falas dos participantes, não tendo sido investigados diretamente indicadores de desempenho acadêmico, progressão curricular, evasão ou conclusão dos cursos. Dessa forma, os achados não permitem estabelecer relações de causalidade ou comprovar a efetividade das práticas colaborativas sobre a trajetória acadêmica dos estudantes, mas contribuem para compreender como os profissionais do NAC percebem a importância dessas estratégias no enfrentamento das barreiras à inclusão educacional.

Os achados reforçam a importância de ampliar as oportunidades de formação voltadas à educação inclusiva e à colaboração interprofissional, contemplando não apenas conhecimentos específicos sobre acessibilidade e diversidade, mas também competências relacionadas ao planejamento pedagógico, à comunicação e ao compartilhamento de responsabilidades. Nesse sentido, destaca-se a relevância de estratégias institucionais de formação continuada articuladas ao Núcleo de Acessibilidade, de modo a favorecer a construção de práticas educacionais mais inclusivas.

Dessa forma, conclui-se que o NAC apresenta importante potencial para a consolidação de práticas inclusivas e interprofissionais no ensino superior, mas seu fortalecimento depende de condições institucionais que garantam formação continuada, clareza de atribuições, recursos e articulação entre os diferentes setores. Mais do que ampliar as ações do Núcleo, é necessário fortalecer uma cultura institucional de inclusão, na qual a acessibilidade seja compreendida como responsabilidade coletiva e permanente da universidade.

Referências

ALVES, D. **O que é inclusão escolar**. São Paulo: Moderna, 2009.

BARDIN, Laurence**. Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL (1996). **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Acessado em: 23/08/25, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

BRASIL (2008). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP. Acessado em: 26/08/24, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf.

BRASIL (2012). **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Acessado em: 29/08/24, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Brasília, DF: MEC/SESu, 2013b.

BRASIL (2015). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Acessado em: 28/08/24, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL (2022). **BNCC: Base Nacional Comum Curricular.** Acessado em: 22/08/24, Disponıvel em: http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2022-pdf/236791-anexo-ao-parecer-cneceb-n-2-2022-bncc-computacao/file

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. O Núcleo de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior: da implantação às ações desenvolvidas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 07 out. 2025.

CRUZ, Cláudia Pereira. **Significações docentes acerca da inclusão escolar: movimentos de trans-formações no Ensino Superior.** 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2025.

D'AMOUR, D.; FERRADA-VIDELA, M.; RODRIGUEZ, L. S.; BEAULIEU, M. D. The conceptual basis for interprofessionalcollaboration: core conceptsandtheoreticalframeworks. **JournalofInterprofessionalCare**, v. 19, n. Suppl. 1, p. 116–131, 2005.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur: **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR>. Acesso em: 07 Abr 2026.

FERREIRA, S.L.Ingresso, permanência e competência: Uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.**Rev. Bras**. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.43-60

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

FOLTRAN JUNIOR, Dierone Cesar; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da; MAMCASZ-VIGINHESKI, Lúcia Virginia. Desenho Universal da Aprendizagem e Tecnologia Assistiva: uma revisão de literatura sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, Ponta Grossa**, v. 17, edição especial, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/17018/pdf_1>. Acesso em: 22 Out 2026.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012 217 Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127405004.pdf Acesso em: 07 Abr. 2026.

MAIA, Marisa; SANTOS, Paula**. Desenho Universal para a Aprendizagem no ensino superior: mapeamento de iniciativas de conscienciali**zação. EduSer, v. 16, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/378549554_Desenho_Universal_para_a_Aprendizagem_no_ensino_superior_mapeamento_de_iniciativas_de_conscientializacao_Universal_Design_for_Learning_in_higher_education_mapping_awareness_initiatives. Acesso em: 22 Out 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, A. A. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional**. Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 57-66.

NOZU, W. C. S., BRUNO, M. M. G.; CABRAL, L. S. A. (2018). Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, 22(spe), 105-113. https://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018056

PEDUZZI, Marina. O SUS é interprofissional. **Comunicação, Saúde e Educação**. Interface. 20(56): 199-201, 2016.DOI: 10.1590/1807-57622015.0383

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 103–111, 2001.
PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise Fernandes. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, supl. 2, p. 1525-1534, 2018.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

PEDUZZI, M., AGRELI, H. L. F., SILVA, J. A. M. D., & SOUZA , H. S. D. (2020). Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, 18(1), 1-20. https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00246

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR> Acesso em: 22 Abr 2026.

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais da região sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610–1627, 2017. Disponível em: < https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354/6733> . Acesso em: 07 out. 2025.

RIBEIRO, D. M.; LUSTOSA, F. G. Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes. Iberoamericana – **Educação, Formação e Tecnologias,** 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13825. Acesso em: 22 out. 2025.

REEVES, S.; LEWIS, S. Z.; ESPIN, S.; ZWARENSTEIN, M. **Interprofessionalteamwork for healthand social care.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

ROMEU, Clariana Andrioli; ROSSIT, Rosana Ap. Salvador. Trabalho em Equipe Interprofissional no Atendimento à Criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Rev. Bras. Ed. Esp**., Corumbá, v.28, e0114, p.639-641, Jan.-Dez., 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v28/1413-6538-rbee-28-e0114.pdf.Acesso em: 22 out. 2025.

SANTOS, Adriana Pereira da Silva; NOZU, Washington Cesar Shoiti; REBELO, Andressa Santos. Núcleos de acessibilidade: uma revisão sistemática sobre a inclusão de estudantes público da Educação Especial na Educação Superior. In: **Práticas de ensino na educação inclusiva: múltiplos enfoques e contextos.** 2024. p. 60-76. Disponível em: < https://anaisonline.uems.br/seiUEMS/article/view/11172/10109>. Acesso em: 20 Out 2026.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received:29/10/2026 - **Accepted:**24/11/2026
Vol: 13.24
DOI: 10.66104/kskhsb63
Pages: 1-26

SILVA, Lázara Cristina da. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 10, n. esp. 1, p. 691-702, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7920/5427>. Acesso em> 20/10/2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2010. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/framework-for-action-on-interprofessional-education-collaborative-practice. Acesso em: 5 nov. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL. Pró-Reitoria Estudantil. **Instrução Normativa nº 05/2018/PROEST, de 15 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre o Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Pró-Reitoria Estudantil da Universidade Federal de Alagoas. Maceió: UFAL, 2018. Disponível em: https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/acessibilidade. Acesso em: 23 abr. 2025.

CC BY